

TRAJETÓRIA INICIAL

As primeiras iniciativas da Prefeitura de Curitiba quanto ao âmbito educacional datam dos anos 50, um momento em que a recém-restaurada democracia brasileira conhecia a curta primavera do pós-guerra, enfrentando o conturbado mandato de Getúlio Vargas.

Essa atuação teve início em 1955, com a Lei n.º 1.127, que criou uma Seção de Educação e Cultura, dentro do então Departamento de Educação, Cultura e Turismo. Nesse período, a administração da cidade estava a cargo do prefeito Ney Braga (1954-58), e o resultado foi o aumento no número de escolas públicas da cidade, embora ainda não se pudesse falar de uma Rede Municipal, visto que estas unidades estavam subordinadas ao Estado.

Foram movimentos iniciais de uma ação que se desdobraria nos anos seguintes. Primeiro, houve alterações nas denominações: em 1959 a seção se tornaria o Serviço de Educação e Cultura, através da Lei n.º 1.741. Mais tarde, em 1963, foi criada a Diretoria de Educação e Recreação Pública, como parte do Departamento de Educação, Saúde e Recreação, através da Lei n.º 2.323. Mas, a princípio, departamento e diretoria tinham uma atuação eventual, que só ganharia um caráter sistemático com a primeira Unidade Escolar do Município, que ficou conhecida como Centro Experimental Papa João XXIII (oficialmente Grupo Escolar), criado no ano de 1963, pelo Decreto n.º 1.273.

Este foi um marco no ensino público municipal, que começa realmente a tomar forma, naquele momento, como parte de uma série de mudanças estruturais que afetaram Curitiba, com as reformas realizadas durante a gestão do prefeito Ivo Arzua, que relembra:

Tudo começou com a campanha de prefeito. Era uma campanha tipo voto distrital... uma campanha de casa em casa, de rua em rua, e eu ouvi do povo os seus problemas, as suas angústias, e eu procurei transformar essas angústias, essas esperanças, em um plano de urbanismo integrado. Primeiro, nós encomendamos um plano preliminar, mediante concorrência, e esse plano preliminar foi discutido dentro da prefeitura, e depois fomos ao povo... criamos o mês do urbanismo e fomos debater com o povo esse Plano Diretor de Urbanismo, onde estava também a educação prevista. (ARZUA, 2006)

A empresa ganhadora da concorrência promovida pelo Departamento de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Curitiba e pela Companhia de Desenvolvimento do Paraná foi a Sociedade Serete de Estudos e Projetos Ltda., que assinou o contrato em 9 de fevereiro de 1965 e escolheu o Consórcio Jorge Wilheim Arquitetos Associados para o projeto do Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba.

O plano foi aprovado, e já havia a idéia de o município então assumir a educação primária. Mas estava claro que nós tínhamos que ter uma rede, coisa que Curitiba até então não tinha. Então, com a ajuda do Comitê de Educação, que havia sido formado, nós elaboramos as leis e os regulamentos sobre a criação desta futura rede municipal. E eu dizia para eles que a educação tem que ser integral, não pode ser parcial: você tem que formar o cidadão. A escola é um centro da vida da comunidade... tem que ser, pois o povo respeita os professores, então através do grupo escolar você pode educar a comunidade em volta, o bairro. (ARZUA, 2006)

O Grupo Escolar Papa João XXIII aparece como realização pioneira, que vem responder à necessidade de uma comunidade tradicional no bairro, ao mesmo tempo que oferece um exemplo para uma rede que ainda é projeto para o futuro.

A área onde foi situada a escola era, em 1956, um campo de futebol. Naquele ano, foi construída, pelo governo estadual, uma escola isolada com o nome de Casa da Vila Pimpão, que funcionava em dois turnos, manhã e tarde, com três professoras para as classes de 1^a., 2^a. e 3^a. séries. Nos dois anos seguintes, houve aumento do número de alunos, e a Escola Isolada da Vila Pimpão foi demolida em 1958, sendo construída outra, ainda naquele ano, e no mesmo local, também de madeira, denominada Casa Escolar Vila Leão, com oito professoras, também por iniciativa do executivo estadual.



Prefeito Ivo Arzua e D. Manuel da Silveira D'Elboux, descerrando a imagem do Papa João XXIII no então Centro Experimental que ganhava o seu nome, em 1963.

Naquele tempo, mesmo quando era responsável pela construção das escolas, o Município não nomeava os professores, visto que cabia ao Estado atender ao setor da educação. Esse processo tinha seus antecedentes em uma realidade demograficamente diferente, e a criação de uma rede municipal aparecia como uma solução a longo prazo, direcionando recursos na perspectiva mais próxima das necessidades locais, como esclarece o prefeito Ivo Arzua:

Até então as escolas eram estaduais, mas, a partir daí, a Prefeitura passou a ter o seu magistério primário, e a própria Prefeitura nomeava os professores. E nós criamos o João XXIII, a Escola Isolda Schmid², a Escola da Nossa Senhora da Luz... e em todo início você tem que criar, vamos dizer, uma nova mentalidade, novos hábitos. Então para isso nós tínhamos a Associação de Pais e Mestres, que dava aos pais liberdade de dizer aos professores se eles estavam educando bem os seus filhos ou não. Isso é muito importante, essa participação da comunidade dentro da escola, porque os pais têm que dizer aos professores o que eles querem para o futuro dos seus filhos. (ARZUA, 2006)

Localizado na Comunidade Vila Leão, hoje bairro do Portão, o Grupo Escolar Papa João XXIII visava ministrar Educação Integral aos alunos e familiares, possibilitando uma elevação no nível de renda da população local através da implantação dos centros comunitários.

A Vila Leão era muito pobre, então a presença ali do grupo escolar como centro da vida da comunidade seria muito importante. A escola não ensinava somente na parte intelectual. Lá também havia o centro de artes industriais, a merenda escolar, grupos de interesse comunitário das donas de casa, o setor agrícola para a produção hortigranjeira, literatura (de recreação e orientação), alfabetização de adultos, biblioteca comunitária vinculada à Biblioteca Pública Estadual, unidade sanitária para atender não só os alunos, mas a população, e a associação de pais e mestres. Então realmente era uma vida comunitária... criamos o grupo João XXIII como o centro da vida da comunidade. (ARZUA, 2006)

² Essa escola, a partir de 11/08/1980, passou a denominar-se Escola Municipal Professor Herley Mehl.



Alunos da Vila Leão, em 1959: as Escolas Isoladas e as Casas Escolares eram de responsabilidade do executivo estadual, uma prática que só começa a mudar com a criação da primeira escola municipal, o Centro Experimental Papa João XXIII, em 1963.

Foi durante a administração de Ivo Arzua na Prefeitura de Curitiba (1962-66 e depois 1966-67) que ocorreu o movimento de março de 1964, mas isso não implicou uma ruptura em relação às iniciativas de expansão do ensino público municipal, que prosseguiram.

Somente a partir de 1966, houve mudanças causadas pela implementação do Plano Diretor de Curitiba, sancionado pela Lei nº. 2.828 de 10 de agosto daquele ano, que modificava as diretrizes para a estruturação do crescimento e zoneamento de Curitiba, entre outras medidas. Em relação à educação, ele definia os Serviços Públicos e Equipamentos Comunitários, além de delimitar a divisão do município em setores educacionais a serem estabelecidos pelo IPPUC, cabendo a cada um desses setores a área atendida pelo conjunto de unidades escolares. Além de ser a primeira escola municipal, o Centro Experimental Papa João XXIII também foi pioneiro na implantação do primeiro Jardim de Infância destinado às crianças da região, começando em 64 com uma turma de 45 crianças. A professora que atendeu essas crianças foi Maria Madalena Savi, dispensada no ano seguinte para fazer um curso de especialização no atendimento de jardins de infância, visando melhorar seu desempenho nessa área de experiência tão recente.³

Mas a prioridade de atendimento educacional do Município tinha de voltar-se para o ensino primário, e o Papa João XXIII ainda devia funcionar como um ponto focal da comunidade. Essa interação se daria através do Centro Comunitário Educacional, que ofereceria às famílias clubes, biblioteca comunitária, educação sanitária e uma iniciação profissional ao educando, entre 4^a. e 5^a. série, nos chamados Pavilhões de Artes Industriais.

A experiência da implantação do Centro Comunitário tornou-se válida, sendo repetida em outros núcleos habitacionais, principalmente nos situados em regiões da periferia do Município. E, embora não se pudesse falar ainda de uma rede municipal de ensino propriamente, foi com a implantação da Escola Papa João XXIII que se iniciou a trajetória do ensino municipal de Curitiba. Nesse período, já estava em vigor a Lei n.º 2.347 de 1963, que criava a carreira de professor normalista na Rede Municipal de Ensino, apesar de ainda não ter sido promovido concurso público para essa carreira, visto que os professores que atuavam no Município eram regidos pelo Estatuto do Funcionário Público de Curitiba.

³ Em fevereiro de 1968, foi aberta uma turma com a professora Dora Guelman, sendo batizada como sala de recreação Omar Sabbag.



Carteiras duplas e olhares assustados: o primeiro contato com a escola registrado nesta imagem dos alunos da escola da Vila Leão, em 1959.

Em 1965, com a Lei n.º 2.564, o Departamento de Educação, Saúde e Recreação passou a denominar-se Departamento do Bem Estar Social, e a Diretoria de Educação, que até então não tinha uma estrutura suficientemente sólida, passa a ter Seções, de acordo com as novas unidades de ensino que foram sendo criadas.

Pouco tempo depois, em 1966, foi criada o Grupo Escolar Professora Isolda Schmid (originalmente Emiliano Pernetta, hoje Herley Mehl), nos mesmos moldes do anterior, situando-se no Núcleo Residencial do Pilarzinho. Em 1967, foi criado o Centro Educacional da Vila Nossa Senhora da Luz (mais tarde o Grupo Escolar) seguido, em 1968, pelo Ginásio Albert Schweitzer e, em 1969, pelo Grupo Escolar Monteiro Lobato. Essas três unidades escolares constituíram o primeiro agrupamento denominado Escola Integrada.

As pessoas responsáveis por essas primeiras escolas conservam a visão do que foi esse momento de nascimento, como a professora Ginilda Maggi de Almeida Torres, que recorda a sua experiência na Vila Nossa Senhora da Luz:

A vila já nasceu grande, ela era composta por mais ou menos duas mil famílias. A escola também nasceu grande... tanto arquitetonicamente, quanto no número de alunos e ainda na quantidade de problemas a resolver. O corpo docente também era numeroso, constituído na maioria por professoras recém-formadas, que tinham passado no primeiro concurso público municipal, até hoje considerado o mais difícil já enfrentado pelos professores. (TORRES, G., 2005)

O concurso deu-se em três etapas: primeiro houve uma prova escrita com questões discursivas; depois foi a vez da prova oral, que terminava com a arguição de uma banca de três examinadores sobre um tema sorteado; e finalmente uma aula prática sobre um assunto indicado, que seria avaliada por dois ou três examinadores, para a qual eram destinadas 24 horas para a preparação, incluindo o plano de aula e material.

Todo início é invariavelmente difícil, pois se dá sem exemplos a seguir, tornando-se ele próprio uma base recorrente para tudo aquilo que o suceder. Neste caso ainda mais, devido ao caráter pioneiro daquele espaço onde a escola estava sendo inserida.

Mas, acima de tudo, era grande a expectativa depositada naquela escola... o município, o estado e o país tinham o olhar voltado para o que de bom pudesse ali acontecer... e era grande a vontade daqueles professores em realizar um bom trabalho. (TORRES, G., 2005)

A razão desse interesse estava na própria Vila Nossa Senhora da Luz, o primeiro conjunto habitacional da COHAB-CT, cuja importância pode ser aferida pelas condições de seu nascimento, com a vinda do próprio Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, para a cerimônia de inauguração, no dia 11 de novembro de 1966. A escola, como a própria vila, tinha que responder a desafios e a expectativas imensas, que só viriam a crescer com o passar dos anos.

O Grupo Escolar Nossa Senhora da Luz, que a gente chamava de Grupão, passou a se constituir como um marco em termos de educação. Porque ele teve que trabalhar, mesmo que não quisesse, numa relação direta com a comunidade, num processo autêntico de interação... ou trabalhava assim ou não aconteceria nenhuma relação educacional. E para que isso fosse efetivado, organizou-se um planejamento em 3 anos. Em 1967, como nós começamos lá por maio/junho, nós trabalhamos com um currículo condensado, em cima dos tópicos essenciais do que estava prescrito na Lei 4.024. Em 1968, nós trabalhamos com um currículo acelerado, para fazer as compensações do que tinha ficado pendente no ano anterior. E em 1969 nós trabalhamos finalmente no desafogo, dentro de uma consolidação e em uma situação de normalidade. (Id., 2005)

Para dar conta desse desafio, foram organizadas reuniões semanais em que os coordenadores de cada série discutiam os problemas ocorridos durante aquela semana e programavam-se para a seguinte. Assim, possibilitava-se a dinâmica necessária para fazer funcionar um empreendimento que não tinha precedentes no ensino local, carecendo portanto de uma experiência a longo prazo como elemento de planejamento.



Alunos do Grupo Escolar Papa João XXIII, em 1965.



Alunos do Grupo Escolar Papa João XXIII (década de 1960).

A primeira medida que a escola tomou foi organizar um diagnóstico, que envolveu alunos de 1.^a até 5.^a série, orientado pelo Centro de Estudos em Pesquisas Educacionais, da Secretaria de Estado da Educação. E a partir dos resultados é que estes alunos foram ensalados, para que conseguíssemos dar início ao trabalho pedagógico. Esse é outro aspecto marcante dessa escola: o sentido de trabalhar em cima dos problemas e da realidade... primeiro diagnosticar, depois planejar, em seguida agir. (Id., 2005)

No entanto, para que isso fosse possível, eram necessários profissionais que preenchessem o vazio de uma estrutura ainda em formação:

Muitas eram professoras sem experiência, saídas da escola normal direto para a sala de aula... então o primeiro contato, o batismo profissional, foi ali. E esse batismo veio de certa forma livre de alguns preconceitos que costumam existir no campo pedagógico, resultantes de outras leis de ensino, de outras posturas pedagógicas, mais autoritárias. (Id., 2005)

Nesse momento, meados dos anos 60, os princípios pedagógicos mais influentes no Brasil ligavam-se à chamada Escola Nova⁴ e se opunham à grande parte da prática da escola pública brasileira, voltada a um ensino mais tradicional. E o ensino público procurava se colocar na vanguarda da aplicação dessas novas tendências.

Foi também nessa época que se deu um outro momento de pioneirismo, quando, em 1968, teve início a Educação Especial em Curitiba, com a criação de uma Classe Especial na Escola Isolda Schmid, e o atendimento a alunos deficientes passaria a evoluir, tanto administrativa quanto pedagogicamente.⁵

⁴ O termo Escola Nova se refere a um movimento de renovação do ensino que foi forte na Europa e na América, incluindo o Brasil, na primeira metade do século XX e mais além, tendo o filósofo e pedagogo John Dewey (1859-1952) como um de seus grandes divulgadores. Foi representado no Brasil, entre outros, por Lourenço Filho (1897-1970), Fernando de Azevedo (1894-1974) e Anísio Teixeira (1900-1971), todos signatários do Manifesto da Escola Nova, de 1932.

⁵ Ele passaria de uma Seção de Classes Especiais, dentro da Divisão de Educação do Departamento do Bem Estar Social, em 1970, para se tornar um Serviço de Educação Especial, dentro do Departamento de Educação, em 1979.

Nesses primeiros anos, durante a administração Ivo Arzua, foram construídas três unidades da Rede, que atendiam 1.856 alunos.

A rigor, seria possível resgatar esse período apenas pela precisão dos dados, recorrendo à fria sucessão de datas e decretos, mas é a memória que permite humanizar o entendimento do tempo, dando-lhe uma face corada onde antes residia apenas a palidez do registro.

Entre estes professores que se apresentavam como excelentes instrumentistas, existia um professor que funcionava como um orquestrador, era um gestor que sabia trabalhar democraticamente, de uma forma enérgica, compromissada, responsável. Este gestor era o professor Frederico. (TORRES, G., 2005)

O professor Frederico de Almeida Torres, também aprovado no 1.º concurso, foi convidado a assumir a direção daquela escola em 1967. De família de professores, ele teve experiências particulares com o ensino ainda aos 16 e 17 anos. Mais tarde, ele seria um dos que participariam do primeiro concurso promovido pela Prefeitura Municipal, destinado a preencher vagas de professores primários, para lecionar do pré-primário à 4.ª série.

Os classificados entre os 40 primeiros lugares foram chamados pela Prefeitura, para assumir o que existia na época a nível de rede escolar. No momento não existia uma estrutura científico-pedagógica ainda. Já existia a Escola Papa João XXIII, depois foi construída a Escola Isolda Schmid e, mais tarde, em 1967, foi a vez do Grupo Escolar Nossa Senhora da Luz, que se transformou num instrumento de modificação de comportamentos, tendo em vista que a comunidade era totalmente heterogênea. (TORRES, F., 2005)

Essa ausência de uniformidade causava um impacto muito grande para quem ia trabalhar com a população da vila, em virtude da falta de preparo de grande parte dos moradores para a realidade em que haviam sido lançados. Inicialmente, a Vila Nossa Senhora da Luz apresentou-se como uma ferramenta para a recuperação urbana das áreas



A biblioteca do Grupo Escolar Papa João XXIII, atualmente Escola Municipal Papa João XXIII, funcionava como sucursal da Biblioteca Pública do Paraná (década de 1960).



Alunas de curso de corte e costura do Grupo Escolar Papa João XXIII (década de 1960).



Prefeito e autoridades, em 1966, durante a inauguração do Grupo Escolar Professora Isolda Schmid, atual Escola Municipal Herley Mehl.

degradadas da cidade. Em outubro de 66, às vésperas da sua inauguração, 1.500 famílias foram transferidas das favelas de Curitiba para ocupar as casas na vila. Mas o resultado desse movimento, sem preparação prévia e acompanhamento de adaptação permanente, foi a criação de uma comunidade formada por pessoas sem vínculos imediatos de identidade com o local e entre si, advindas de condições econômicas e até culturais diferentes, que levariam tempo e esforço para se transformarem em um todo coerente.

Elas não vinham de uma cultura só, então a escola tinha que pôr uma uniformidade nisso pra poder sobreviver com os seus objetivos. Por exemplo, constatamos que muitas famílias ainda não sabiam usar chuveiro elétrico. Tanto que os moradores retiravam os chuveiros para vendê-los e comprar comida com o dinheiro... as torneiras tinham o mesmo destino... e até os tacos que forravam essas casas eram removidos, cortados e usados para fazer fogo dentro de casa, com tijolos em volta, funcionando como fogão improvisado. São culturas se entrecruzando aí: uma oferece uma casa forrada com taco e a outra vem e o usa como lenha para fazer comida... é a diferença de *status* social e de condição social que a comunidade possuía. (Id., 2005)

Onde tais dificuldades apareciam, sobrava a dedicação por parte dos professores para conseguir superá-las:

Na Escola Municipal Nossa Senhora da Luz, as professoras foram às casas dos alunos. Cada professora regente visitava a casa de 35, 40 ou 45 crianças, para que nós pudéssemos caracterizar quem eram nossos alunos e onde estaria o padrão para as metas e os objetivos educacionais a serem vivenciados. (Id., 2005)

O funcionamento do Grupo Escolar Nossa Senhora da Luz já acontece na administração do Prefeito Omar Sabbag (1967-1971), que foi muito comprometida com os investimentos na área do ensino e da educação, sendo responsável pela construção de nove unidades, elevando o número de alunos atendidos para 4.456.

Esse processo não era eminentemente local, pois, em 1967, começava a aparecer uma preocupação em desenvolver uma reforma no ensino brasileiro, modificando práticas

tradicionalis que, além de teoricamente superadas, ainda se mostravam ineficientes para cumprir seus objetivos.

Quando eu comecei a lecionar, a lei em vigor era a Lei n.º 4.024, de Diretrizes e Bases Educacionais. Ela foi a primeira a promover uma forma sistemática e uniformizada de ensino no Brasil, reformulando a lei anterior, que era a Lei Gustavo Capanema. Na época, ainda acontecia muito o ensino individualizado, os professores iam na casa do aluno, dando aulas particulares, e ainda existiam casos assim. Depois veio a Lei n.º 5.692, de 1971, que confirmou o ensino da Língua Portuguesa como ponto de unidade nacional; o ensino profissionalizante, que é experimentado a nível do chamado segundo grau; o ensino das línguas estrangeiras; a formalização dos currículos... foi dessa forma que se unificou o ensino brasileiro. (TORRES, F., 2005)

Porém, em 1967, os problemas eram outros, tendo a ver com a realidade de uma instituição recém-nascida e instalada em um projeto pioneiro no País, cujas características e dimensões tornavam imprevisíveis os resultados futuros.

Nós tivemos até que ensinar a usar banheiros, pois as crianças não conheciam a finalidade daquele vaso branco e esmaltado... e nós também ensinávamos os pais dos alunos como viver dentro das casas. Tinha muitos que não sabiam o que fazer com o fogão a gás, foi a escola que ensinou. Havia um centro de orientação social da Vila Nossa Senhora da Luz, e as assistentes sociais tentavam, às suas próprias custas, fazer esse serviço, mas elas eram poucas, no máximo dez moças, enquanto que na escola eu tinha 70 professoras, por isso elas acabavam realizando grande parte deste trabalho. (Id., 2005)

Esse tipo de desafio permaneceria nos anos seguintes, enquanto a realidade da Rede Municipal começava a se estabilizar, com a elaboração do primeiro Plano de Educação em 1968, ainda durante a gestão de Omar Sabbag. Em seu governo, ele levou adiante o processo de reestruturação urbanística de Curitiba, tal como havia sido delineado pelo Plano Diretor, e preparou o terreno para o momento de consolidação das novas feições da cidade, a partir da



Um registro do primeiro concurso interno para provimento de vagas no Grupo Escolar Papa João XXIII, em 1965.



Primeira turma de professoras da Escola Isolda Schmid, atual Escola Municipal Herley Mehl (década de 1960).

década de 1970. A responsabilidade do desenvolvimento do plano dirigido à Rede Municipal de Ensino ficou a cargo de técnicos do IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), sob a assessoria do professor Erasmo Pilotto⁶. O plano atribuía ainda ao Município os encargos referentes à educação de nível pré-primário e primário, realizando uma divisão de responsabilidades com as outras instâncias, de forma que o ensino médio ficasse para o âmbito estadual e o superior para o federal.

Essa escolha que recaiu sobre um organismo não ligado à área de educação justifica-se pela conjuntura em que se encontrava a cidade, pois, para cada diretriz de recondicionamento urbano, apareciam novas necessidades a ser resolvidas. Assim, a delimitação de uma zona industrial na região sul iria gerar uma carência de mão-de-obra correspondente na área e, conforme esta fosse se resolvendo, as populações ali instaladas precisariam, entre outras necessidades imediatas, que fosse atendido o déficit de escolas públicas próximas de suas moradias. O resultado foi que a instituição criada para administrar a implantação do Plano Diretor acabou se convertendo em elemento fundamental para o desenvolvimento de ações que, à primeira vista, transcendiam às suas atribuições.

Na realidade, o próprio entendimento das necessidades da cidade passava por mecanismos de coleta de dados que dependiam de uma ação prévia de organismos, como o IPPUC. Um exemplo estava no levantamento realizado pelo instituto, ainda nesse começo dos anos 70, segundo o qual o atendimento proporcionado ao pré-primário no município de Curitiba atendia apenas a 11% da demanda da faixa etária específica. Para solucionar esse problema, uma das sugestões era de que esse atendimento fosse realizado também por outros equipamentos, e não apenas a escola, como os Parques e Praças.

No entanto, a complexidade das mudanças necessárias para levar a efeito todas essas atividades vai além da mera decisão administrativa, e o Município necessitou realizar alterações de ordem jurídica, requerendo a criação de algumas leis e mudanças em outras já existentes. Do mesmo modo, é necessário nesse momento organizar toda a estrutura necessária na Secretaria da Educação para atender ao planejamento do sistema, à orientação pedagógica e educacional, à avaliação dos resultados, à pesquisa para o aperfeiçoamento do

⁶ Nascido em 21 de outubro de 1910, em Antônio Rebouças, no Distrito de Rio Azul, Paraná. Iniciou suas atividades profissionais em 1928, sendo nomeado substituto efetivo das escolas noturnas para operários no Grupo Escolar Tiradentes, em Curitiba. Dedicou-se à educação paranaense, propondo renovações e reformulações para o ensino. Autor de inúmeras obras no âmbito educacional. (PILOTTO, 2004)

trabalho e à própria administração. E tudo isso deveria passar pelo crivo das questões políticas e financeiras, sem perder de vista o benefício da população. Para tanto, o plano do IPPUC previa uma política educacional fundamentada em uma filosofia humanística, que fizesse da educação um instrumento de autodesenvolvimento e salientasse uma formação técnico-profissional, mas calcada em sólida cultura geral.

O plano ainda dava ênfase ao investimento na alfabetização, à criação das Associações de Pais e Mestres e à valorização do magistério, além de expressar uma grande preocupação com a educação comunitária. Ele permaneceria como referência até 1974, final da 1.ª gestão de Jaime Lerner (1971-1974), quando Curitiba viu serem direcionadas em definitivo as mudanças, inclusive na sua estrutura urbana, para além da questão educacional.

Foram criadas vinte novas escolas nesse período, cobrindo, junto com as anteriores já instaladas, um total de 10.195 alunos.

Entre as unidades escolares criadas nesse momento estão duas, Jardim Piratini e Jardim São Miguel (originalmente São Rafael), que começaram como Escolas de Emergência⁷, mas que deixariam de sê-lo em 1974, por terem adquirido estrutura para se integrarem à Rede.

Uma das mais importantes investidas de urbanização da história da cidade começa a ser esboçada então: a Cidade Industrial de Curitiba (CIC), afetando a região sul que, de isolada, passa a ser um centro de desenvolvimento. E tanto conjuntos habitacionais, como a Vila Nossa Senhora da Luz, quanto escolas, como o “Grupão”, sofrerão um impacto em suas realidades.

Tendo entrado para a escola como professora de Educação Física, em 1977, quando a CIC já era uma realidade, a vice-diretora Ester Figueiredo Boel recorda:

A Vila Nossa Senhora da Luz é um local que foi planejado para atender a uma demanda populacional que só cresceu com a Cidade Industrial... e a nossa escola ficou com a missão de atender os filhos dos trabalhadores. Mas os nossos alunos não eram como os de hoje, eram alunos mais velhos que vinham para cá, já com alguns hábitos não convencionais. Havia brigas,

⁷ O termo Escola de Emergência era usado no cotidiano escolar, embora, em seus decretos de criação, a denominação seja de Escolas Isoladas. Em 1972, foram criadas quatro dessas unidades: Jardim Paraíso, Jardim Piratini, Jardim São Rafael e Jardim Santos Andrade; em 1973, a Vila Krasinski juntou-se a essa lista e, em 1974, seria criada uma outra, a Escola de Emergência do Sítio Cercado.

agressões... algumas até com armas que eles mesmos fabricavam... e a gente tinha que lidar com isso. (BOEL, 2006)

Porém, em 1973, o que se via ainda era um momento de transição, em que os primeiros esforços realizados na década de 60 começavam a mostrar resultados. É dessa época a administração de Coriolano Caldas Silveira da Mota como diretor do Departamento do Bem Estar Social:

No início, eu fiz um diagnóstico. Eu vinha de uma área diferente, minha formação é de médico e tenho a tendência de começar tendo uma visão a mais ampla possível de qualquer coisa. [...] Então, com essa visão eu cheguei à conclusão de que era racional pensar na educação como se ela fosse um sistema: existe um grupo de indivíduos que vão entrar nesse sistema, com uma condição "A", que deve ser conhecida, que vão ser processados para chegar numa condição "B", melhor que a primeira. (MOTA, 2005)

A abordagem sistêmica tem que ter um sistema de diagnóstico de caso, logo uma avaliação determinaria as carências da criança que estava entrando na Rede, atraso psicomotor, desnutrição, ausência de estímulo sensorial e a sua própria condição social... se advinda de uma comunidade periférica, onde houvesse altos índices de pobreza. A partir disso, era possível traçar objetivos, tanto em termos pedagógicos quanto administrativos, como a realização de um concurso público para o ingresso de 5.^a a 8.^a série. Esse tipo de objetividade beneficiou a estruturação do departamento, embora fosse, a princípio, recebido com reservas, como lembra Ana Maria de Souza Miranda, que se tornaria a mais nova titular de diretoria da Prefeitura, dentro do Departamento do Bem Estar Social:

A chegada do Dr. Coriolano Caldas Silveira da Motta à chefia do Bem Estar Social, em 1973, sacudiu o departamento. A princípio tivemos bastante receio. Era um médico, que vinha da presidência do IPMC, com fama de durão, centralizador e pouco democrático... e o pior de tudo: ele não era educador (embora lecionasse na UFPR). Realmente houve mudanças. Dr. Coriolano era direto, objetivo, sem papas na língua, pouco dado a filigranas teóricas. Mordaz, às vezes ironizava algumas das nossas verdades sagradas. (MIRANDA, 2006)

Com essa mudança administrativa, ocorreu um período de crescimento da rede escolar, com concursos para professores, supervisores pedagógicos e orientadores educacionais quase a cada ano.

A diretoria contava com uma assistência administrativa, seções, serviços e divisões de caráter principalmente pedagógico. Os setores administrativos se referiam à lotação e movimentação dos professores, apoio às secretarias escolares e documentação escolar. Não tinha autonomia para muita coisa. A administração das verbas era feita pelo departamento. As escolas, construídas pelo Departamento de Obras, eram entregues ao Bem Estar Social, que tratava de equipá-las. Cabia a nós estruturar o apoio técnico-pedagógico às escolas, além de indicar os diretores e as chefias internas. (Id., 2006)

A nova estrutura administrativa também se refletiu no atendimento dos problemas e das questões que precisavam de contato direto, facilitando os canais de comunicação:

Havia muita facilidade de acesso de qualquer diretor de escola, tanto à pessoa da diretora (eu, no caso) como ao Dr. Coriolano. Bastava chegar, ir batendo e entrando. Só para questões mais demoradas e complicadas é que se precisava marcar hora. As supervisoras e orientadoras educacionais tinham também as suas reuniões periódicas com as chefias, principalmente dos setores pedagógicos. E, quando necessário, participávamos dessas reuniões. (Id., 2006)

A facilidade de interação e a agilidade decisória são qualidades essenciais para um momento de construção, em que muito do que se faz necessário ainda está para ser conseguido, conduzindo a uma constante reestruturação de métodos e objetivos. Para isso, o diagnóstico da problemática presente é eficaz, tanto mais se for sustentado sistematicamente em um entendimento mais abrangente:

Desde o começo da existência de Curitiba como uma cidade importante, todo o investimento e o custeio da área de educação cabiam ao Estado. Isso aconteceu desde 1860... até a década de 1960, quando começou a haver uma mudança. A princípio foi a tentativa de atribuir um papel

mais importante ao Município, com restrição de algumas atividades do Estado. Então haveria uma repartição, teoricamente, entre os dois níveis de poder. (MOTA, 2005)

Mas isso levaria a outros problemas, pois, a partir da década de 1960, o crescimento de Curitiba exacerbou-se, levando a um crescimento correspondente da demanda para ensino. E o mesmo ocorria no Paraná, fazendo com que os recursos começassem a escassear.

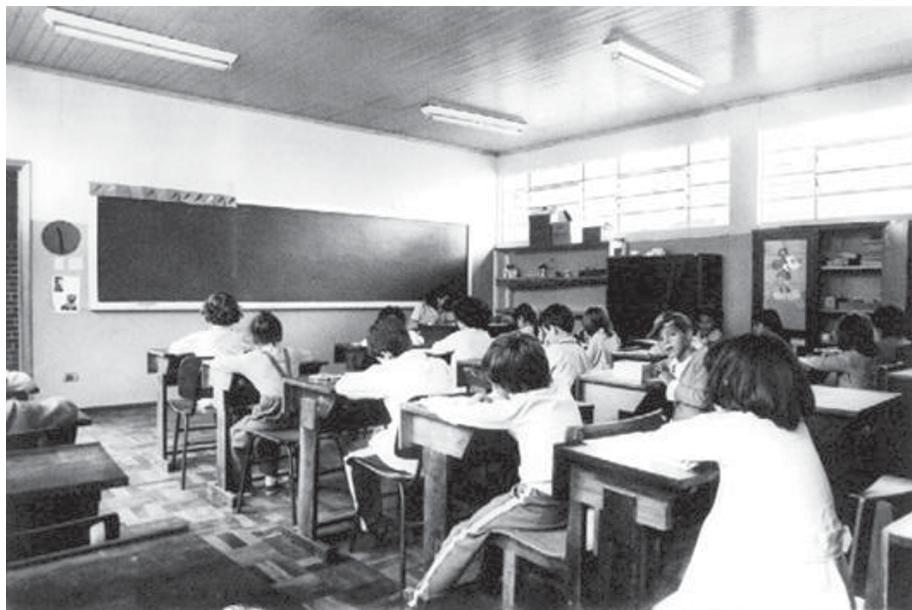
A situação se agravaria ainda mais a partir de 1972, porque já havia a obrigatoriedade em lei da aplicação na educação de 20% dos recursos orçamentários. E a Lei n.º 5.692 obrigava que as escolas de ensino fundamental trabalhassem de 1.^a a 8.^a série... e isto numa Rede que praticamente não existia, o que gerava um ônus tremendamente grande. (Id., 2005)

Em 1974, a Diretoria de Educação organizou um esquema teórico, definindo a linha metodológica e os conteúdos para que cada escola estabelecesse a sua programação de ensino partindo de sua própria realidade. Essa sistemática foi adotada por acreditarem que a forma anterior era dissociada da realidade e presa a padrões elaborados por técnicos, inviabilizando a exteriorização, por parte do professor, de seu estilo pedagógico. A preocupação era de fornecer uma metodologia de trabalho que oferecesse uma direção à escola, mas respeitasse sua concepção.

A elaboração dessa programação caberia à equipe de Orientação Técnico-Pedagógica em conjunto com os professores, com a devida retroalimentação entre os dois lados, cada qual contribuindo com sua experiência. Com essa orientação interna, as unidades escolares passam a elaborar seus currículos e a Diretoria de Educação, em 1975, à uniformizou o ensino municipal de ensino, optando por um plano curricular único.

Esse é considerado o 2.^º Programa elaborado pela Diretoria de Educação, caracterizado pela centralização das decisões nos seguintes aspectos: currículo único (definindo objetivos e conteúdos mínimos), calendário único e teste unificado.

Em 1975, já na administração Saul Raiz (1975-1979), foi implantado o Setor do Pré-Escolar. Nesse período, expandiu-se a matrícula nesse nível de escolaridade, com o objetivo de aumentar o rendimento escolar. O Ministério da Educação e Cultura (MEC) apoiou esse



Sala de aula da Escola Monteiro Lobato, final da década de 1960.



Sala de aula da Escola Graciliano Ramos, início da década de 1970.



Alunos da Escola Júlia Amaral Di Lenna, início da década de 1970.

programa de expansão do pré-escolar, e, em julho desse mesmo ano, essa experiência foi divulgada no I Congresso Brasileiro de Educação Pré-Escolar e apresentada na cidade de Washington, Estados Unidos, no Congresso de Experiências em Educação.

O ensino pré-escolar foi decorrente daquela concepção inicial: era o único modo de melhorar o nível de vida da criança ingressante. Ela deveria ser trabalhada antes, para minimizar as dificuldades que ela teria, se comparada com uma criança de um estrato social superior... isso porque uma coisa era você pegar uma criança que nunca tinha trabalhado com um lápis, e que agarrava o lápis como se fosse um punhal, e compará-la com outra, de classe média, que aos dois anos já estava andando, rabiscando a parede, subindo e descendo em móveis, e que, quando chega na escola, já está pronta no aspecto psicomotor. Então havia um paradoxo: o pré-escolar era caríssimo e existia para o indivíduo de classe média ou alta, mas era fundamental para o carente e, para ele, não existia pré-escola. (MOTA, 2005)

A implementação disso que hoje parece uma obviedade não se deu sem a necessidade de um convencimento:

A implantação do pré-escolar foi outra briga. Uma ou outra escola podia-se dar “ao luxo” de formar uma classe de pré-escolar. Isso quando sobrava sala vazia e professora e, como as escolas eram colocadas em áreas onde havia povoamento rápido e desordenado, raramente acontecia. Mas as dificuldades de trabalhar alfabetização, as reprovações nas primeiras séries, tudo isso mostrava a necessidade do pré-escolar. Mas, naquele tempo, pré-escolar não existia para a lei. Era obrigatório o ensino fundamental; a aplicação do percentual legal da arrecadação em educação. Todos os alunos de 7 anos precisavam ser matriculados na 1.^a série antes de se pensar “em luxos” como pré-escolar. Esta foi uma briga nossa, a equipe pedagógica da Diretoria, que o Dr. Coriolano encampou. (MIRANDA, 2006)

Foram levadas razões econômicas ao governo, lembrando que o pré representaria uma economia pela diminuição das reprovações de alunos de 1.^a série, o que liberaria, a longo



Grupo Escolar Nossa Senhora da Luz, atual Escola Municipal (década de 1970).



Biblioteca do Grupo Escolar Professora Júlia Amaral Di Lenna (década de 1970).



Parada do Sesquicentenário da Independência, Escola Municipal Professora Júlia Amaral Di Lenna, em 1972.

prazo, professores e salas de aula, aumentando também o rendimento das turmas iniciantes. O convencimento surtiu efeito, entretanto persistia o problema da ausência de espaço e de professoras em número suficiente para dar conta desse esforço. Para tanto, foram tentadas idéias inovadoras, como a das classes pré-escolares em dias alternados, em que uma sala e uma professora atendiam de duas a três classes, só que em dias diferentes da semana. O conceito era polêmico, mas o argumento era da necessidade, pois era melhor que as crianças tivessem três meses letivos de pré-escola no ano do que nenhum.

Era comum que as novas escolas só começassem a funcionar com o ano letivo já em andamento (quando o prédio não ficava pronto, ou havia demora no processo de nomeação das professoras). Nesses casos, se organizava um calendário escolar especial, quando era possível, e nós isolávamos algumas das salas já prontas do resto da construção, contando com professoras nomeadas há pouco tempo... para desenvolver atividades pré-escolares nos dois ou três meses anteriores à abertura oficial da escola... assim os alunos iniciavam a 1.^a série com alguma escolaridade prévia. (Id., 2006)

Esse tipo de medida demonstra a flexibilidade necessária para a instalação de uma estrutura. Por ser urgente, não havia a opção do desenvolvimento muito lento, pois envolvia um volume sempre crescente de alunos que, em pouco tempo, tornava inviável qualquer tentativa de acomodação. Era preciso encaminhar o processo, mesmo que de forma precária, para não adiar o início de soluções, que só ficariam mais difíceis com o tempo.

Falava-se no Estado que o pré-escolar era um luxo da Prefeitura, mas isso não era verdade. Mas isso levou a uma implantação tímida a princípio, utilizando espaços ociosos... e aos poucos foi se tornando parte do próprio conjunto de processamento que passou a ser do pré até a 8.^a série. E deve-se salientar que, nesse período, nós tivemos um apoio muito grande do prefeito Saul Raiz, que, apesar da guerra toda que existia em relação à iniciativa, manteve a idéia de que o pré deveria ser implantado. (MOTA, 2005)

Com o tempo, essa foi outra iniciativa que passou a ser reconhecida como importante para o processo de educação, principalmente por sua capacidade de estabelecer a ponte entre os baixos índices de estímulo existentes em uma infância carente e aqueles experimentados nas camadas mais privilegiadas da sociedade.

Nós fizemos um trabalho apresentado no Congresso Nacional no Rio de Janeiro, com a presença da professora Heloísa Marinho, que tinha sido aluna do Fröbel, um dos educadores que insistia no ensino pré-escolar... e nesse congresso a nossa Rede foi saudada como pioneira no Brasil, nessa idéia de universalizar o ensino pré-escolar e torná-lo modo obrigatório de ingresso. E a comparação posterior de turmas com o pré e outras sem mostrou que nós estávamos certos: a evasão era muito menor, o aproveitamento era muito maior e, por tudo isso, podia-se argumentar que o pré-escolar funcionava como um fator de economia e rendimento do processo. (Id., 2005)

Outra iniciativa importante foi a dos Núcleos Comunitários, em 1972, teve repercussões nos anos seguintes.

Os núcleos comunitários tinham quatro programas básicos: Higiene e Saneamento, Nutrição, Imunizações e Orientação Sexual. Esses programas teriam que abranger todas as atividades em todas as séries da escola, do pré-escolar à 8.ª série... eles se dissolviam nos conteúdos do currículo. Então seriam aprofundadas as noções na medida em que a capacidade da criança fosse permitindo esse aprofundamento. E, nos núcleos, era mantida a idéia de se trabalhar sempre com integração. (Id., 2005)

As inovações também incluíam experimentos como o da Escola Eny Caldeira, inaugurada em 1973, como lembra Marise Bonamin, a sua primeira diretora:

Nós tínhamos, naquela época, a implantação dos Núcleos Comunitários para a Rede como um todo. Era ao mesmo tempo Unidade de Saúde, Unidade de Serviço Social e Unidade Escolar,

a Escola Experimental Eny Caldeira, que tinha o objetivo de trazer inovações para a Rede Municipal de Ensino. (BONAMIN, 2006)

Iniciando no pré-primário, a escola se diferenciava por não trabalhar por série, não possuindo reprovação no final do ano. Quando a criança terminava um período de três meses, se não alcançasse todos os objetivos previstos, permanecia naquela etapa, mas não perdia um ano, apenas três meses e com o período de recuperação já em seguida. Vencendo aquele período ela passava para outro. O ano não se dividia em bimestres ou semestres, mas em três períodos.

Aquela era uma época em que se trabalhava com objetivos, e as nossas crianças não tinham nota, elas tinham que aprender: os objetivos eram propostos e elas deveriam alcançá-los, independente de nota. E o importante disso é que as crianças podiam ser aceleradas... então, se uma criança estava num período e ela ia rápido, ela passava para o período seguinte, não precisava ficar marcando passo. A criança leu, entendeu o que leu, não precisa ficar esperando a turma toda, passava para o período seguinte. Era uma coisa avançada para a época. (Id., 2006)

Um dos problemas estava na avaliação, pois, em meio às inovações atingindo outras áreas da educação, o sistema usado para avaliar era ineficiente por não possuir uniformidade, ficando a avaliação a cargo do professor, sem critérios de comparação, o que tornava impossível qualquer diagnóstico dos defeitos do processo.

Nós instituímos uma prova unificada, baseada naqueles conteúdos letivos que estavam fixados. A prova foi rejeitada pela grande massa dos professores no início, sob o pretexto de que tolhia a liberdade do professor e da escola. Ao final da prova, que era realizada em todas as séries, nós tínhamos uma comparação de uma escola para outra. Por que fracassou essa? Por que a outra teve sucesso? Foi a escola, o professor ou o aluno que estava melhor? E havia condição então de com a comparação corrigir os defeitos que existiam. E prestigiar o que estava tendo melhor resultado. (MOTA, 2005)

Essa verificação unificada foi implantada em todas as séries, sistematicamente, de forma que o acompanhamento poderia ser feito em curto prazo, com também a correção de eventuais falhas.

Assim como a avaliação, a própria estrutura física das escolas poderia ser beneficiada por uma certa uniformidade que agilizasse o processo de construção e o tempo de adaptação dos professores, em eventuais mudanças e remanejamentos. É daí que surge, ainda na gestão Coriolano da Mota, a idéia do Projeto Módulo:

A idéia era de criar um projeto arquitetônico único para as escolas, para que não se perdesse tempo na execução diferenciada de projetos exclusivos para cada uma. Um projeto barato, mas eficiente, modulado, de construção rápida, que permitisse aumentos sucessivos da área construída com acréscimo de módulos de sala e outras áreas. Coube a uma divisão de engenharia do próprio departamento elaborar o projeto, e várias escolas foram construídas. Com o tempo, o projeto apresentou algumas falhas, mas foi pena que tenha sido abandonado, pois poderia ter evoluído junto com a estrutura educacional da Prefeitura. (MIRANDA, 2006)

Em meio às dificuldades experimentadas nas tentativas de implementar tantas medidas, o sucesso aparece como resultado de um trabalho coletivo e não apenas da ação individual:

Eu penso que o nosso grupo tinha características especiais. Nós tínhamos uma visão que era diferente, que eu acho que pode ter sido a minha única contribuição. Além disso, havia o aspecto da idade do grupo que comandava a educação neste momento: eram moças de 25 a 30 anos mais ou menos... e havia um apoio muito grande da administração central, do prefeito. E, por último, eu acho que existiu o desafio de implantar uma rede nova... a vantagem em implantar uma rede nova é que ela é pequena, quase inexistente. É sempre difícil o Estado implantar coisas novas, devido ao tamanho dos investimentos, Mas nós tínhamos uma rede pequena em processo de crescimento, então a implantação não foi feita corrigindo coisas, foi implantando coisas novas. (MOTA, 2005)

A pequena Rede cresceria sem parar, e sem deixar de inovar, característica que era uma marca da educação em Curitiba.

Na época havia duas redes que pensavam novo: Belo Horizonte e Curitiba... então havia o pré-escolar, a nutrição escolar, os programas de saúde escolar, a abertura para a comunidade em termos de esporte, de líderes comunitários discutindo o problema da comunidade, a existência da supervisão e da orientação escolar, os programas de educação para o trânsito, que nós implantamos em Curitiba, e que se mantêm até hoje... todas essas são atividades que estão sendo copiadas fora, e isso é muito bom porque muitas coisas nossas foram levadas nos congressos, ou copiadas por alguém que veio nos visitar e gostou da idéia, então é impossível não ter orgulho disso. (Id., 2005)

O Plano de Educação tinha a preocupação não só em assegurar a expansão quantitativa, a manutenção e o aprimoramento da qualidade de ensino, mas também as condições de funcionamento da Rede como um todo harmônico e eficiente. Por isso, além da construção de salas de aula que pudessem atender à população na faixa etária de escolarização do pré à 4.^a série, foi elaborado o Plano de Diretrizes Curriculares para as escolas municipais, a fim de assegurar as linhas que deveriam nortear o sistema de ensino municipal. E o Plano de Educação ainda previa que a Rede Municipal deveria atender à população das zonas periféricas da cidade. Essas comunidades constituíam-se em uma clientela escolar carente, apresentando similaridade na situação socioeconômica, precariedade na habitação, saneamento, sendo que esses aspectos justificavam a uniformidade nos aspectos pedagógicos e administrativos adotados pela Diretoria de Educação.

Atividades Complementares foram indicadas pelo plano, consistindo em: Educação Física e Desportos, Biblioteca ou Sala de Leitura, Centro de Atividades Criadoras e Iniciação às Atividades Agrícolas, ofertadas no período contrário às atividades de classe. O objetivo dessas atividades era oferecer situações que favorecessem o desenvolvimento dos aspectos afetivo e psicomotor (assim como dar suporte ao aspecto cognitivo), proporcionar vivências diversificadas de cultura, lazer e esporte e incentivar o espírito de liderança e responsabilidade.

E o plano também preconizava a criação de Clubes de Interesse⁸, vinculados a essas atividades, com o objetivo de atender às diferenças individuais e contribuir para a formação do aluno.

São promovidas também as iniciativas para o atendimento infantil na faixa entre 0 e 6 anos, através do Plano de Desfavelamento, feito em conjunto pelo IPPUC e pelo Departamento do Bem Estar Social. O diagnóstico das populações a serem remanejadas verificou o nível de extrema carência, combinado com a presença de um número expressivo de crianças, gerando uma preocupação e um resultado: a implantação de centros sociais, compreendendo creches, em todos os conjuntos habitacionais. Assim se promovia uma atenção à população infantil dessas comunidades, ao mesmo tempo que se liberavam as mães para o trabalho remunerado, mesmo que esse fosse informal, de forma a aumentar a renda familiar.

As quatro primeiras creches foram inauguradas em 1977, na Vila Camargo, Jardim Paranaense, Vila Hauer e Xaxim, e mais quatro seriam implantadas dois anos depois: Gramados, Hortências, Meia Lua e Pinheirinho.⁹

No total, durante a administração Saul Raiz, foram criadas cinqüenta e duas escolas, ampliando a Rede Municipal e levando o atendimento a 25.756 alunos, somadas todas as unidades instaladas. Recordando seu período no governo, o prefeito fala sobre suas iniciativas na área de educação:

Quando em período eleitoral assisto a candidatos, de uma forma geral e para impressionar os eleitores, defenderem muito a educação. E verifico o quanto ela foi importante quando fui prefeito de Curitiba, mesmo sem esses discursos, mas sempre agindo com muita luta, dedicando toda a prioridade para a “educação fundamental”, que é obrigação básica do município. Entendo que, além do número significante de novas escolas que foram construídas, era também fundamental dar aos professores condições de dignidade, através de salário e também de prestígio, para que cumprissem com amor e responsabilidade a sua atividade. (RAIZ, 2006)

⁸ Os Clubes de Interesse foram propostos segundo o Parecer n.º 871/72 do Conselho Federal de Educação, o qual indicava que a escola deveria oportunizar a constituição de grupos de interesse diferenciados, por onde se distribuiriam os alunos conforme suas aptidões e preferências.

⁹ Duas outras, Atuba e Tapajós, foram implantadas pelo Governo Federal, com recursos da FUNABEM (Fundação Nacional do Bem Estar Social).



Apresentação musical na Escola Papa João XXIII (década de 1970).



Apresentação folclórica na Escola Papa João XXIII (década de 1970).

Em 1979, foi realizada a reestruturação administrativa do Departamento do Bem Estar Social, que foi desmembrado em Departamento de Desenvolvimento Social e Departamento de Educação. E foi com a organização das escolas já instaladas que o novo Departamento orientou o desenvolvimento posterior da Rede Municipal de Ensino.

Aí é que vão começar a haver as normas, que a escola tinha que ter para poder ter também sua orientadora pedagógica, que características eram necessárias para ela poder ter uma orientadora educacional, quais eram as condições para ter também uma coordenadora administrativa, professores auxiliares, professores de Artes, professores de Educação Física, professores recreacionistas. À medida que a Rede foi crescendo, foi se fazendo uma leitura de suas necessidades, e a Prefeitura Municipal foi implantando diversos novos segmentos que hoje formam o grande corpo docente dos mais de 400 aparelhos de ensino que a Secretaria da Educação no momento administra, entre escolas e creches, o ensino desde a maternidade até os 14 anos no diurno e até a idade que for nos noturnos. (TORRES, F., 2005)

É quando se inicia a 2.^a gestão de Jaime Lerner (1979-83) como prefeito de Curitiba, na qual foram realizados vários projetos na área da educação, como as Hortas Escolares¹⁰, o estudo da língua inglesa no pré-escolar¹¹, a reestruturação do ensino de Ciências e aplicação de programas de saúde¹² e a aplicação do Projeto de Estudos Sociais - Longa Duração¹³.

Em julho daquele ano, foi realizado o I Seminário Municipal de Educação, que contou com a participação dos técnicos e especialistas da Diretoria de Educação e integrantes dos setores técnicos e administrativos das escolas, tendo os professores do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná como encarregados de estruturar a dinâmica do evento. O objetivo principal era o de conscientizar o pessoal técnico-administrativo e docente para os problemas, necessidades e meios que a comunidade possuía, visando à melhoria da qualidade de vida.

¹⁰ Programa aplicado desde as séries iniciais, enfatizando noções sobre tipos de solo, sementes, legumes e verduras, com as hortas localizadas em terrenos das escolas e ficando aos cuidados dos alunos.

¹¹ Também indicado para as primeiras, segundas e quintas séries do ensino de 1.^º grau.

¹² Eram desenvolvidas experiências de aprendizagem para que o aluno adquirisse conhecimentos e inter-relacionasse os fatos científicos, permitindo a progressão lógica dos conceitos e a integração dos fenômenos com especial atenção aos enfoques ecológicos.

¹³ Aplicado em 19 escolas da Rede Municipal, estruturando de forma integrada a proposta curricular dos cursos de Estudos Sociais.



Mesmo evento mas em outra interpretação, a Semana da árvore na Escola Iriti, década de 1970.

Foi também em 1979 que se organizou a Associação do Magistério Municipal de Curitiba (AMMC), mas esta não foi a primeira tentativa de criação de uma estrutura que representasse os interesses dos professores, como relembra a professora Fahide Calluf:

Em setembro de 1970, os professores da RME se reuniram no Salão Nobre do Colégio Estadual do Paraná para realizar uma Assembleia, com a finalidade de fundar uma associação que representasse a classe do magistério da “Rede”. Foi eleita uma diretoria para um período de 2 anos, sendo eleito a presidente o professor Romeu Gomes Miranda e eu a vice-presidente. (CALLUF, 2006)

A Associação dos Professores da Prefeitura Municipal de Curitiba passou então a representar os interesses da classe junto às autoridades e entidades da comunidade, mas a sua existência foi curta:

Em 1972, foi reeleita a mesma diretoria, por aclamação, após mudança no estatuto, o qual previa a impossibilidade de reeleição. Mas a associação ficou na ativa somente até o final de 1973. Ocorreu que o 1.º concurso público de 5.ª a 8.ª ocorreria em meados de 1973, data não aceita pelos professores atuantes de 5.ª a 8.ª (CLT e Suplementarista), por isso foi impetrado um mandado de segurança contra a realização do concurso nesse período. A classe reivindicava a realização do concurso público, mas não concordava com a data prevista, visto que os professores aprovados não seriam aproveitados naquele ano. O mandado foi cassado por liminar e o concurso se efetivou. Tal fato ocasionou mudanças no Departamento de Educação e na direção de 6 escolas em função de assinaturas de adesão ao mandado. A associação então se desarticulou, e o movimento esmoreceu em 1974. (Id., 2006)

A tentativa de resistência contra a data escolhida para o concurso público deu-se em um momento de muitas dificuldades em ser bem-sucedida, pois batia de frente contra decisões governamentais, em uma época em que o País ainda se encontrava sob o regime militar.

A luta reativou-se em 1979, e foi quando nasceu a Associação do Magistério Municipal de Curitiba (AMMC), que teve um papel relevante nas discussões da classe, conseguindo várias vitórias para a categoria, e vigorou até que a legislação permitisse aos funcionários públicos se organizarem em sindicatos. (Id., 2006)

Ainda em 1979, foi promulgada a Lei Municipal n.º 6.060, alterando o quadro de pessoal e criando a Categoria Funcional - Ensino de 1.º Grau I (para professores com curso de magistério de 2.º Grau ou Curso Superior), Professor de Ensino de 1.º Grau II (com licenciatura), Orientador Educacional e Supervisor Escolar (com licenciatura).

Entre as muitas iniciativas do período pode-se destacar a retomada da ação em áreas faveladas, contando, em 1980, com a participação do governo federal através da FUNABEM, que desenvolvia o CEMIC (programa dos Centros de Estudos do Menor e Integração à Comunidade). Mais 10 novas creches foram construídas então: Autódromo, Cajuru, Estrela, Jardim Urbano, Urano, Vila Formosa, Barigüi, São Carlos, Sibisa, Santa Quitéria e Vila Pinto, que seriam conhecidas como CEMICs. Com esse crescimento significativo no número de unidades, voltou à discussão, dentro da Prefeitura Municipal de Curitiba, a necessidade de criação de uma rede oficial de creches, conforme o estudo elaborado pelo IPPUC e pelo Departamento de Desenvolvimento Social.

Foram definidos os parâmetros para possibilitar essa expansão ainda maior do conjunto já existente, com a idéia dos Módulos de Atendimento Infantil, um plano que visava cobrir da infância ao início da adolescência, organizando o funcionamento de todos os serviços, hierarquizando os equipamentos sociais disponíveis e também aqueles que já estavam planejados. Cinco creches foram concebidas dentro desse princípio, um número significativo, embora menor do que o projetado inicialmente. Foram elas: Palmeiras, Santa Amélia, Fazendinha, Uberaba e São Braz.

Os CSUs (Centros Sociais Urbanos) foram uma outra proposta, esta de âmbito nacional, que envolvia vários programas, um dos quais dizia respeito ao atendimento materno-infantil, resultando em um expressivo investimento em creches, especialmente do tipo “de vizinhança”, em que o atendimento seria feito por uma mãe em sua própria casa, recebendo crianças de 0 a 6 anos.¹⁴

¹⁴ Essa ação se estenderia pelos anos seguintes. Além de ser desenvolvido em creches já em funcionamento, o programa expandiu-se para novas unidades: Érico Veríssimo, Oswaldo Cruz II, Parigot de Souza, Santa Efigênia, Moradias Belém, Vila Leonice, Conjunto Saturno, Nova Esperança, Jardim Gabineto, Cinderela, Santo Inácio, Vila Fanny, Pingo de Gente, Solitude, Vila Real, Jardim Urbano, Jardim Paranaense e Tia Eva.



Alunos da Escola Fundamental (atual Escola Municipal) Piratini, final década de 1970.



Dona Ida, viúva do Prof. Francisco Hübert na inauguração da escola de mesmo nome ao lado do então Prefeito Jaime Lerner, final da década de 1970.



A Creche Barigüi, localizada na CIC, década de 1970.

A elaboração do 3.º Programa de Educação também se daria durante a 2.ª gestão de Jaime Lerner, por ação conjunta do Departamento de Educação, da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e do IPPUC, embora não tenha trazido alterações significativas do ponto de vista pedagógico.

No âmbito geral, esse foi um período caracterizado pela estabilização, no qual as conquistas da Rede já se encontravam mais consolidadas e, embora ainda houvesse muito a fazer, era possível refletir sobre o terreno percorrido para preparar novos avanços. Mas foi também um período de crescimento, com a criação de setenta e oito novas unidades, o que permitiu quase dobrar o número de alunos atingidos pela Rede como um todo, chegando a 46.792.

O olhar sobre esses anos, de 1963 a 1982, oferece um panorama de dificuldades superadas e preconceitos vencidos, assim como uma longa lista de realizações que vai muito além daquela que descreve a grande quantidade de edificações erguidas para servir de palco para a vida de professores e alunos. Ainda assim, essas obras seguem como memória física, onde a riqueza das lembranças dependerá, para ter continuidade, de iniciativas como a deste presente trabalho, que é apenas uma parte, uma das muitas interfaces do Projeto Memória da Rede Municipal de Ensino de Curitiba.